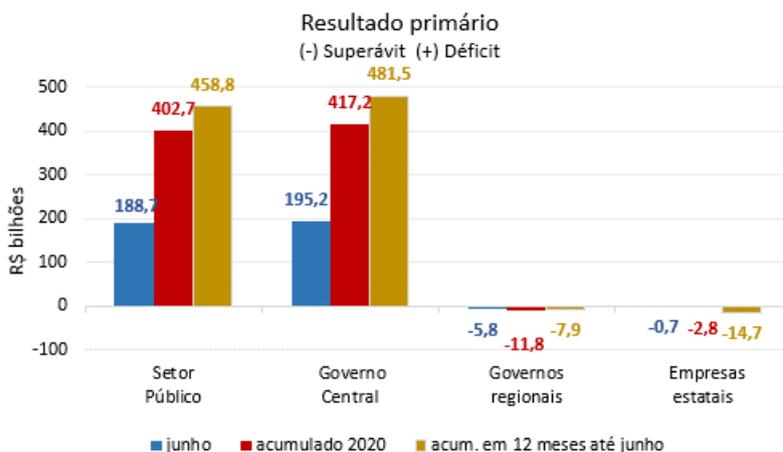


Estadísticas Fiscais

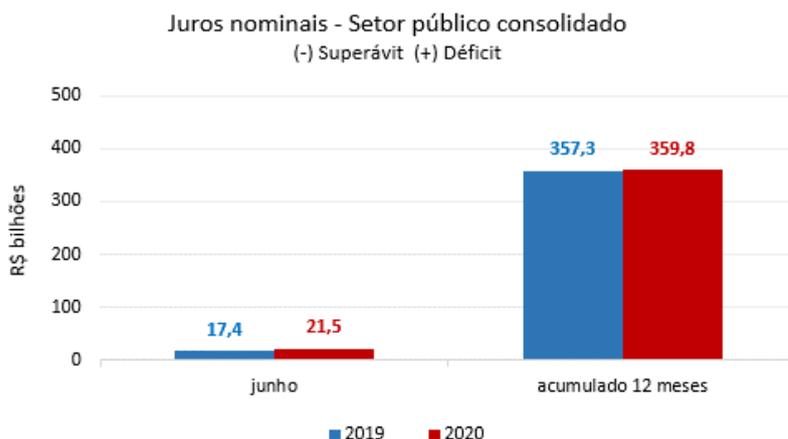
Nota para a Imprensa

31.7.2020

1. Resultados fiscais



O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$188,7 bilhões em junho. No Governo Central houve déficit de R\$195,2 bilhões, e nos governos regionais e empresas estatais, superávits de R\$5,8 bilhões e R\$719 milhões, respectivamente. No ano, até junho, o déficit primário acumulado do setor público consolidado atingiu R\$402,7 bilhões, ante déficit de R\$5,7 bilhões no mesmo período do ano anterior. No acumulado em doze meses o déficit primário atingiu R\$458,8 bilhões (6,38% do PIB).

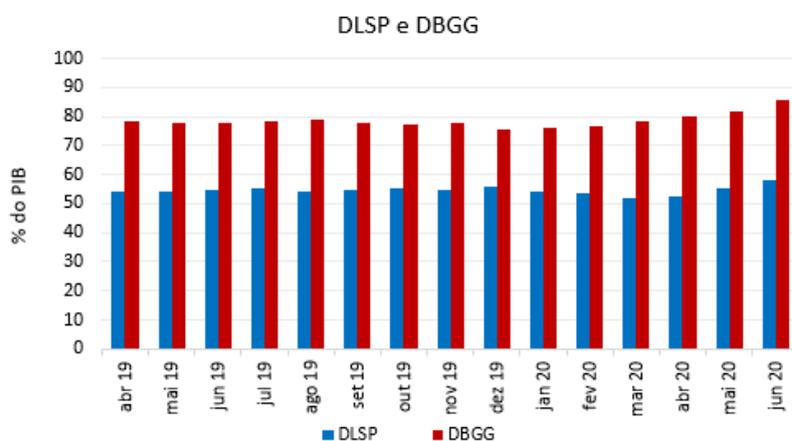


Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram R\$21,5 bilhões em junho, comparativamente a R\$17,4 bilhões no mesmo mês de 2019. Nos últimos doze meses, os juros nominais atingiram R\$359,8 bilhões (5,0% do PIB), comparativamente a R\$357,3 bilhões (5,07% do PIB) no acumulado até junho do ano anterior.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$210,2 bilhões em junho. No acumulado em 12 meses, o déficit nominal alcançou R\$818,6 bilhões (11,38% do PIB), elevando-se 2,56 p.p. do PIB em relação ao déficit acumulado até maio.

2. Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)

A DLSP alcançou R\$4.176,2 bilhões (58,1% do PIB) em junho, aumento de 3,0 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. Esse resultado refletiu, em especial, os impactos do déficit primário no mês (aumento de 2,6 p.p.), do efeito da variação do PIB nominal (aumento de 0,3 p.p.), dos juros nominais apropriados (aumento de 0,3 p.p.) e do efeito da desvalorização cambial de 0,9% (redução de 0,2 p.p.). No ano, a relação DLSP/PIB elevou-se 2,4 p.p., evolução decorrente, sobretudo, do déficit primário acumulado (aumento de 5,6 p.p.), dos juros nominais apropriados (aumento de 2,4 p.p.), do efeito da variação do PIB nominal (aumento de 0,5 p.p.), da desvalorização cambial acumulada de 35,9% (redução de 5,4 p.p.) e do ajuste da paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,6 p.p.).



A DBGG – que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais – alcançou R\$6.153,5 bilhões em junho, equivalente a 85,5% do PIB, aumento de 3,6 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. Essa evolução decorreu principalmente de emissões líquidas de dívida bruta

(aumento de 2,7 p.p.), do efeito da variação do PIB nominal (aumento de 0,5 p.p.) e da incorporação de juros nominais (aumento de 0,3 p.p.). No ano, o aumento de 9,7 p.p. na relação DBGG/PIB resultou, em especial, das emissões líquidas de dívida (aumento de 5,3 p.p.), da incorporação de juros nominais (aumento de 2,2 p.p.), da desvalorização cambial acumulada (aumento de 1,7 p.p.), e do efeito da variação do PIB nominal (aumento de 0,7 p.p.).

3. Patrimônio Financeiro Líquido do Governo Geral (PFLGG)

As estatísticas anuais do PFLGG foram atualizadas para o ano de 2019, assim como foram revisadas as estatísticas para os anos anteriores. Além disso, iniciou-se a publicação de estatísticas trimestrais do PFLGG, a partir do primeiro trimestre de 2020. A defasagem na publicação das estatísticas trimestrais será de quatro meses. A metodologia de cálculo do PFLGG está publicada na [Nota Técnica do Banco Central do Brasil nº 50](#), de maio de 2019. As referidas estatísticas estão disponíveis nas [tabelas especiais](#).

4. Elasticidades da DLSP e da DBGG

A tabela a seguir atualiza as elasticidades da DLSP e da DBGG a variações na taxa de câmbio, na taxa de juros e nos índices de preços para o mês de junho.

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-12,1	-0,17	7,2	0,11
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-36,4	-0,51	-34,2	-0,48
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	11,0	0,15	11,0	0,15

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e redução de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.